

# 11º Exame de Ordem - 2ª fase - 1999

## Direito Civil

1. Semprônio Philadelfo, brasileiro, solteiro, arrematou, em praça pública promovida nos autos de execução ajuizada pela Caixa Econômica Federal nos termos da lei 5.741, de 01/12/71, o imóvel existente na Rua Jabaquara, 123, no centro da cidade de Niterói, pelo preço de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Consigne-se que o referido imóvel estava vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação, mediante crédito hipotecário em que figuravam como devedores Aquiles Médicis e sua mulher Minervina Médicis, os quais atrasaram o pagamento das prestações, o que deu ensejo à mencionada execução.

Ostentando o título aquisitivo da propriedade, devidamente transcrito no Registro de Imóveis e pretendendo fixar residência na propriedade recém adquirida, dirigiu-se ao imóvel, constatando, porém, que Aquiles e Minervina ali continuavam residindo, a despeito de não mais possuírem título que justificasse a situação.

Semprônio, então, procura você, ilustre advogado, para propor a medida judicial cabível a fim de implementar sua pretensão.

Redija a petição inicial adequada à pretensão de Semprônio.

Advogado: GUILHERMO RICQUES

OAB/RJ nº 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

2. Um particular loca, para fins comerciais, uma casa de vila, em ponto já comercial da cidade. Depois, com expressa autorização do proprietário locador, procede à demolição da casa residencial e em seu lugar constrói um pequeno edifício de 4 andares, próprio para o comércio, loja, sobreloja, e dois andares para depósito. Ao tentar renovar a locação, é surpreendido pela atitude do locador proprietário, que pleiteia de aluguel um valor proporcional ao novo prédio, e não ao valor da casa de residência, que alugara. E o locatário que dispendera grande soma na construção do novo prédio está descapitalizado, e, à falta de recursos para pagar aluguel tão alto resolve entregar o imóvel.

Tem ele, após desocupar o imóvel, direito a propor ação de indenização para reaver o que dispendera na construção do prédio, em valor corrigido, sabendo-se que há cláusula no contrato de locação prevendo a não indenização de quaisquer benfeitorias, pois, estas ficam incorporadas ao imóvel para todos efeitos?

O locatário o procura como advogado, para propor ação eventualmente cabível. Como você procederia?

Fundamentar a resposta.

3. A atual redação do art. 38 do CPC estipula que "a procuração geral para foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pelas partes, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, salvo para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso", deixando, a partir da Lei nº 8.952/94, de ser exigido o reconhecimento da firma do outorgante, nas procurações por instrumento particular.

Acontece que, sendo o mandato matéria de direito civil, sustentam alguns juizes ser indispensável o reconhecimento da firma nas procurações por instrumento particular, à vista do texto § 3º do art. 1.289, do Código Civil, que determina que "o reconhecimento da firma no instrumento particular é condição essencial à sua validade, em relação a terceiros".

Você, escolhido advogado pelo autor para propor uma ação de indenização, qual a posição que adotaria: exigiria do seu cliente ou você próprio promoveria o reconhecimento da firma, por considerá-la essencial, nos termos do Código Civil, ou adotaria a posição do CPC, isto é, dispensaria o reconhecimento da firma?

Numa outra hipótese justifique sua posição.

4. Falecendo-lhe a mulher, o viúvo, com filhos havidos do extinto casal, se recusa a dar bens a inventário, que está sendo solicitado pelos filhos, sob o fundamento de que, embora aquele casamento tenha se realizado já pelo regime da comunhão parcial, não estaria obrigado a proceder ao respectivo inventário, uma vez que os únicos bens daquele casamento tem origem em doação que lhe fizera o pai, como adiantamento de sua legítima paterna.

Você, advogado, procurado pelos herdeiros, como lhe responderia à consulta de eventual direito da sucessão, da herança da mãe, nos aludidos bens.

Fundamente sucintamente a resposta.

5. Um pedestre, ao atravessar a via pública foi colhido por um ônibus causando-lhe fratura no braço esquerdo. A vítima do atropelamento propôs ação de indenização contra empresa de ônibus pleiteando ressarcimento dos danos pessoais, cumulados com dano moral.

O que você alegaria sobre esse pedido, contratado que foi pela transportadora para defendê-la na ação, sabendo-se que o autor pleiteia 700 salários mínimos a título de dano moral.

6. É possível a repetição da dívida prescrita?

Fundamente a resposta.

## Direito Tributário

1. É compatível com a Constituição, exigir do recorrente, como condição de admissibilidade do recurso administrativo tributário, a prova do depósito de valor correspondente a, no mínimo 40%, da exigência fiscal definida na decisão de instância?

Sugestão: elaborar parecer com ementa, introdução, mérito e conclusão, abordando no mérito o direito positivo, a doutrina e a jurisprudência aplicável ao caso.

Advogado: GUILHERMO RICQUES

OAB/RJ nº 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

2. A exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, enseja a possibilidade de cobrança de algum tributo?

Resposta objetiva.

3. Quais são as normas estaduais que disciplinam o ICMS?

Resposta objetiva.

4. Qual a consequência da inscrição na dívida ativa no que tange a prescrição e decadência?

Resposta objetiva.

5. O Decreto-lei 406 foi recepcionado? Se foi, com que natureza jurídica?

Resposta objetiva.

6. A taxa está sujeita ao princípio da capacidade contributiva?

Todas as respostas devem ser fundamentadas, mencionando inclusive o direito positivo.

## Direito Comercial

1. Alexandre Corrêa deixou seu automóvel Vectra na Concessionária Mesbla Veículos S/A, para a revisão anual. No dia seguinte, foi surpreendido com a notícia da falência da concessionária, tendo, ainda, sido informado de que esse bem fora arrecadado pelo síndico da massa falida.

Alexandre, então, procurou seu advogado, Dr. Guilherme Ricques, para tomar as medidas cabíveis para reaver seu automóvel. Ajuíze a ação cabível, na forma da lei.

Advogado: GUILHERMO RICQUES

OAB/RJ nº 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

2. A compra e venda mercantil pode ter como objeto um bem imóvel?

Justifique a resposta.

3. Luciane Campos, Presidente da Companhia Industrial Santa Suzana S/A, consulta seu advogado para saber se a impetração de concordata preventiva depende de autorização prévia da assembléia geral.

Justifique a resposta.

4. Márcia Pinheiro, gerente do Bazar Abreu e Filhos Ltda, pretende pedir a falência de seus devedores. Para tal, indaga se existe protesto especial para a falência, ou se o simples protesto cambial serve para essa finalidade.

Justifique a resposta.

5. Daniel Gomes, acionista e Presidente do Conselho de Administração da construtora Internacional de Engenharia S/A quer adotar o sistema do voto múltiplo na eleição dos membros deste órgão societário. Assim, indaga sobre o funcionamento desse sistema de votação, perguntando, ainda, sobre a distinção entre voto múltiplo e voto plural.

Justifique a resposta.

6. Fátima Costa, sócia-gerente da Prudente Indústria e Comércio Ltda, pretende saber quais as suas responsabilidades no caso de falência da sociedade.

Justifique a resposta.

## Direito Administrativo

1. Elabore um parecer sobre a questão abaixo:

No desempenho do *policciamento ostensivo* inerente às respectivas atribuições, policiais militares entenderam configurar prática de ato obsceno a permanência na praia, tostando-se ao sol, de uma banhista que, inclusive em companhia do marido e nitidamente sem qualquer atitude provocativa que pudesse ser interpretada como de *atentado ao pudor*, encontrava-se em *topless*, e, *usando de violência*, conduziram-na à Delegacia Policial.

Consultor(a) jurídico(a) do Comando da Polícia Militar, equacione, à luz do regramento a que se submete o exercício do *poder de polícia administrativa* de segurança pública, a hipótese que lhe é submetida a parecer, para orientação do procedimento a ser adotado pelo comando.

Advogado: GUILHERMO RICQUES

OAB/RJ nº 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

2. Inscrita em três concursos, que não se realizam simultaneamente, para cargos públicos efetivos federais, candidata ,muito bem preparada obteve aprovação em todos. Nomeada e empossada no cargo para o qual prestara o primeiro concurso, encontrava-se, havia um (1) mês, em *estágio probatório*, quando foi convocada para participar de *curso de formação decorrente de sua aprovação, no segundo concurso, para outro cargo*.

Indecisa quanto a optar entre o cargo no qual se encontra em estágio probatório, e no qual está satisfeita, e o outro, para o qual é necessário atender à convocação para o respectivo curso de formação, recorre a você, advogado da família, para consultá-lo sobre se tem *amparo legal* para obter *afastamento do estágio probatório* a fim de participar do mencionado curso de formação. Que resposta você lhe daria, com fundamento legal?

Resposta objetiva.

3. Tendo tido notícia de que o Poder Público cogita de realizar obras nas imediações de sua propriedade, com perspectiva de estabelecimento de *serviços administrativos* que poderão tornar parcialmente serviente terreno de sua propriedade, seu cliente consulta-o sobre se fará jus, concretizando-se o fato, a alguma indenização e, em sendo o caso, como poderá obtê-la. Como você o esclareceria?

Resposta objetiva.

4. Empresa concessionária de serviços públicos, insatisfeita com o reiterado *descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente*, recorre ao seu escritório consultando-o sobre se pode interromper ou paralisar os serviços que presta. Como você lhe responderia, informando-o sobre o procedimento legalmente previsto para a hipótese?

Resposta objetiva.

5. Qual o motivo determinante da declaração de inexigibilidade de licitação?

Resposta objetiva.

6. É possível, a seu ver, interposição de recurso de decisão administrativa, perante a própria Administração, em face de razões de *legabilidade*, mas, também, de *mérito*?

Resposta objetiva.

## Direito Trabalhista

1. LEONARDO CASQUEIRA, está inconformado com a decisão prolatada pela MM. Junta de Conciliação de São Gerônimo que, à unanimidade, julgou improcedente o seu pedido, negando-lhe direito à estabilidade provisória, à luz do estabelecimento na Convenção Coletiva da categoria profissional, eis que Delegado Sindical.

O inconformismo de Leonardo Casqueira está centrado no fato de que o direito à estabilidade, abstraindo o contido na Convenção Coletiva, está a lhe amparar regramento superior, constante do ordenamento jurídico, aplicado à espécie.

O Colegiado do 1º Grau, além de não reconhecer a pretendida estabilidade provisória, aplicou ao acionante a penalidade de pagamento de custas processuais e fixou honorários advocatícios, para a parte contrária, no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da causa, esta no importe de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), condenou ainda, o Reclamante, a devolver à Reclamada os honorários periciais, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) já pagos pela empresa, com correção monetária.

Assim, no prazo a que alude a Consolidação das Leis Trabalhistas, apresentar o recurso apropriado, impugnando a Sentença, principalmente o acrescido, abordando todas as formalidades legais, nomeando, para a interposição do apelo o advogado GUILHERMO RICQUES.

Advogado: GUILHERMO RICQUES

OAB/RJ nº 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

2. Turma do T.R.T. julgando Recurso Ordinário de sua cliente (firma) aumentou a condenação, fixando, no Acórdão, valor maior do que já havia sido depositado para tal Recurso, depósito este que atendera ao limite exigido na ocasião para aquele. Para a interposição do Recurso de revista, o que sua cliente terá que fazer, sabendo-se que a Sentença arbitrara em R\$ 5.000,00 a condenação para efeito das custas e o valor máximo, hoje para Recurso de Revista, é de R\$ 5.603,00 (arredondados os centavos).

3. Qual o prazo que tem o empregado, após prestar o serviço militar obrigatório, para se reapresentar ao seu empregador e, se cumpre tal prazo, o que acontece, para os efeitos das férias, com o período anterior a apresentação para tal serviço, em que trabalhara normalmente?

4. Qual o meio de defesa do devedor, na execução, para muitos verdadeira ação de cognição, que fará com que a Sentença julgue, de uma só vez, também a eventual impugnação do credor à liquidação?

5. Qual o prazo para o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança que tramita na Justiça do Trabalho?

6. Num pedido de equiparação salarial, a que parte, no processo, cabe fazer a prova das suas alegações na Justiça do Trabalho. Comentar sabendo-se que o ex-empregador nega o direito.

Fundamentar sucintamente todas as respostas.

## Direito Penal

1. O Ministério Público, com base nas informações colhidas em inquérito policial, oferece denúncia contra Aristides Silva, pelo delito previsto no artigo 121, *caput*, do Código Penal, afirmando que o denunciado teria, consciente e voluntariamente, efetuado disparo com sua arma de fogo contra seu irmão com o objetivo de matá-lo. De acordo com o laudo cadavérico, a vítima faleceu em decorrência das lesões resultantes do mencionado disparo.

Ao longo da instrução criminal, demonstrou-se que o acusado não queria matar seu irmão, mas somente, por brincadeira, "dar um susto nele", dado não saber que a arma estava muniada. Após serem oferecidas as alegações do *Parquet*, o Juiz de Direito do 4º Tribunal do Júri da Comarca da Capital determina seja dada vista dos autos, para alegações, ao defensor do acusado. Redija, fundamentadamente, a enunciada petição defensiva como se fosse você o advogado de Aristides.

Advogado: GUILHERMO RICQUES

OAB/RJ nº 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

2. João convence Pedro a furtar objetos do interior de uma residência. No curso da ação delituosa, Pedro, além de subtrair bens, ao se deparar com uma empregada, a estupra e, ato seguido, incendeia a casa. Como responderá cada um deles?

3. Afrânio, condenado a 12 anos de reclusão, em face de prática de delito não hediondo, depois de ter cumprido 1 ano e 6 meses de pena, teve participação efetiva evitando a fuga de outros presos. Como recompensa pela sua conduta, o Juiz da Vara de Execuções Penais concedeu-lhe a progressão para o regime aberto.

Pergunta-se: Foi correta a decisão do Juiz?

4. Ricardo, preso há vários anos, vinha exercendo atividade laborativa no cárcere, o que motivou o deferimento e homologação da remição de 620 dias da pena. Entretanto, após, veio a cometer falta grave, eis que se evadiu da unidade prisional. O fato de ter sido deferida e homologada a remição assegura a manutenção desse benefício?

5. Antonio, ao passar por uma rua, depara-se com José, que está arrombando porta de estabelecimento comercial. Antonio efetua a prisão de José e, ao chegar à Delegacia, a autoridade policial considerou ilícita a sua conduta.

Pergunta-se: Está correta a postura da autoridade?

6. Maria, usuária de drogas, adquire das mãos de Marcel, vulgo "Jumbo", uma pequena quantidade de substância vendida como sendo cocaína, que lhe foi entregue dentro de um plástico, em uma caixa de fósforos. Ao perceber que no interior do plástico havia sal, Maria volta ao local e passa a discutir seriamente com o vendedor, exigindo a importância paga de volta. Um policial militar que passava pelo local, cientificado dos fatos por Maria, conduz ambos à Delegacia Policial.

Pergunta-se:

a) Marcel praticou conduta penalmente relevante? Qual?

b) Maria praticou conduta penalmente relevante? Qual?

Fundamente todas as respostas.